



Companhia Celg de Participações -
CELGPAR

CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO

Relatório da Administração
Exercício findo em
31 de dezembro de 2019

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação dos senhores acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Celg de Participações – CELGPAR (“CELGPAR”), acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e Parecer do Conselho Fiscal, bem como as Declarações dos Diretores que reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, conforme disposto no art. 25º, § 1º, incisos I, II, III, V, VI e IX da Instrução CVM Nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Informamos que as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas estão em conformidade com os padrões estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, chamados de *International Financial Reporting Standards – IFRS*, e por sua vez, em conformidade com os normativos formulados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A CELGPAR, tendo o Estado de Goiás como seu principal controlador, jurisdicionada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação - SEDI, foi constituída em 4 de dezembro de 2006, proveniente da segregação de ativos da Companhia Energética de Goiás, sendo criada por Escritura Pública, conforme autorização concedida pela Lei Estadual nº 15.714 de 28 de junho de 2006. A CELGPAR é uma Companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de energia elétrica.

A holding detém participação acionária na subsidiária integral CELG Geração e Transmissão S.A. – CELG GT (“CELG GT”), e dentre as realizações ocorridas no ano de 2019 destaca-se, de forma individual, a fixação das condições do aumento do capital social, ocorrida na 49ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 03 de dezembro de 2019, cujo objetivo principal é a solução do Passivo a Descoberto da Companhia que culminará, no exercício de 2020, com a respectiva homologação do Capital Social, motivada pelo conclusão dos atos deste aumento, mediante a subscrição particular de ações aprovados na respectiva assembleia. Já no âmbito da sua atuação como holding, destaca-se a atuação da CELGPAR no sentido de fortalecimento do fluxo de caixa da sua subsidiária integral, especificamente pela capitalização do montante de dividendos distribuídos pela CELG GT, referente ao exercício social anterior, bem como pela realização e capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, que culminaram com a acentuação da curva de investimentos da CELG GT no ano de 2019, com vistas a se manter e perpetuar a situação de equilíbrio econômico-financeiro da concessão de Geração e Transmissão.

Por todos estes aspectos, a administração da CELGPAR agradece a colaboração de seus empregados, clientes, fornecedores, acionistas e sociedade, em especial o apoio recebido pelo acionista majoritário, na pessoa do Governador Ronaldo Ramos Caiado.

Lener Silva Jayme
Presidente

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de Reais ou em outra base quando indicado)

1- CENÁRIO MACROECONÔMICO

No ano de 2019, a economia brasileira cresceu em termos reais 1,1%, frente ao crescimento real do PIB em 2018 de 1,12%. O resultado, abaixo das expectativas do início de 2019, decorre, conforme nota informativa divulgada pelo Ministério da Economia, da redução do componente governamental na composição do PIB, considerando os dados até o terceiro trimestre de 2019.

A opção pela redução da participação estatal na economia está alinhada à estratégia macroeconômica de redução estrutural dos juros de médio e de longo prazo, e, conseqüentemente, à de maior protagonismo do setor privado no arranjo econômico proposto. A busca de equilíbrio fiscal e do destravamento burocrático é personificada na reforma previdenciária e na Medida Provisória da liberdade econômica já aprovadas, bem como nas reformas tributária e administrativa com expectativa de tramitação em 2020, juntamente com a venda de estatais e suas subsidiárias pela Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados. Tais propostas visam maior dinamismo da iniciativa privada, e um esforço para redução do agravamento do quadro fiscal. Caso haja a redução do desequilíbrio fiscal, espera-se que os juros de longo prazo caiam uma vez que o risco de calote do governo ou de majoração de tributos diminui.

Cabe ressaltar que tais medidas não ocorrem sem efeitos colaterais. A redução na taxa SELIC promove, no curto prazo, a redução de posição especulativa estrangeira em títulos da dívida pública, aumentando a demanda externa por moedas estrangeiras a serem repatriadas e desvalorizando o Real. A desvalorização do Real, por sua vez, é elemento de redução da rentabilidade dos investidores externos, uma vez que os lucros em reais a serem repatriados agora estão sujeitos a uma cotação desvalorizada. Este efeito, se não moderado de alguma forma, poderá provocar uma redução no ritmo de investimentos externos no Brasil, componente importante na retomada do crescimento cuja intenção do governo é de ser protagonizada pela iniciativa privada.

A taxa média de desemprego reduziu de 12,3% em 2018 para 11,9% em 2019. De acordo com a PNAD, houve aumento na população ocupada em R\$ 1,8 milhão de pessoas, atingindo 93,4 milhões, 2% acima do valor de 2018. O trabalho com carteira assinada teve alta de 1,1% na média anual, alcançando 33,2 milhões de trabalhadores. Os trabalhadores por conta própria cresceram 4,1%, ou 446 mil pessoas a mais que em 2018. A combinação dos resultados mostra uma mudança no perfil do trabalho no Brasil, cujo crescimento é liderado pelos empregos por conta própria, e por uma redução relativa da participação dos empregos com carteira assinada. A mudança no formato de empregabilidade decorre de um desenho institucional que beneficia a contratação de Pessoa Jurídica, e essa assimetria de tributação é alvo da reforma tributária, a qual pretende, entre outros objetivos, desonerar a folha de pagamentos.

Segundo o IBGE, na tabela de Contas Nacionais Trimestrais, a Formação Bruta de Capital Fixo medida como proporção do PIB permanece em níveis

reduzidos. Em 2019, a proporção ficou em 15,36% do PIB, leve aumento de 0,12% em relação a 2018. Esse número vem recuperando lentamente desde 2017, onde atingiu a mínima de 14,56%. O resultado, no entanto, está aquém dos observados entre 2010 e 2013, quando superava 20%.

A inflação, medida no índice IPCA, ficou em 4,31% no fechamento de 2019, superando o centro da meta de inflação (3,75%) em 0,56%. O resultado foi agravado, sobretudo, em dezembro, quando ocorreu uma alteração de preços relativos da proteína animal, em função da crise de produção da China. Como consequência, aumentou-se a exportação brasileira de carne à China, o que provocou escassez no mercado doméstico, refletindo pesadamente no IPCA de dezembro de 2019.

Já a perspectiva macroeconômica em que o Brasil está inserido em 2020 é complexa e significativamente impactada pelas influências internacionais. A condução econômica do país, de eixo liberal, aumenta a aposta em uma agenda reformista como base para o crescimento economicamente sustentável de longo prazo. Ao mesmo tempo, o cenário internacional se impõe como desafio com o surgimento do novo Coronavírus e toda complexidade de questões mundiais pendentes: eleições americanas, conflitos armados, degradação ambiental, soberania e fronteiras, e tantas mais.

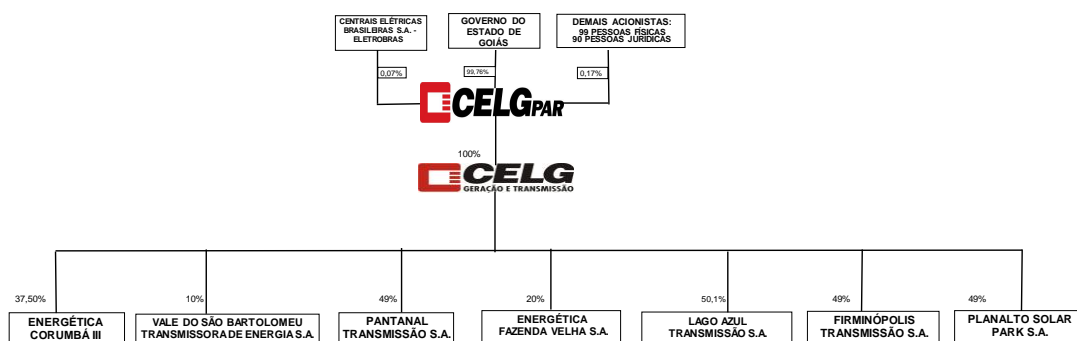
Quanto às implicações macroeconômicas no setor elétrico brasileiro, a estratégia de austeridade fiscal continuará a implicar a redução da iniciativa pública no setor elétrico, com maior probabilidade de privatizações e aumento do ritmo de desinvestimentos públicos. Espera-se também redução do financiamento pelas agências de fomento e bancos públicos, com consequente redução do montante de financiamento por empresas públicas.

Fato é que nos últimos anos, a crise financeira e a demora na recuperação econômica tem impossibilitado a capacidade de realização de investimentos em obras e serviços públicos por parte do Governo Federal, que nesta perspectiva, tem como aliado o setor elétrico, visto sua importância para retomar o crescimento econômico brasileiro. Os leilões no segmento de transmissão e geração têm a forte capacidade de atrair investimentos e geração de empregos sendo assim fundamental para o desenvolvimento e crescimento dos demais elos da cadeia produtiva do país, bem como viabilizar melhor infraestrutura para as áreas remotas do Brasil

2- ANÁLISE SETORIAL

2.1 – GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CELG GT foi criada após a cisão das atividades de Distribuição, Geração e Transmissão, determinada pelo Poder Concedente através da Lei nº. 10.848/2004. A Companhia é uma subsidiária integral da CELGPAR, sendo a atual composição acionária a seguinte:



Atualmente, a Controlada CELG GT possui participação em duas Sociedades na área de Geração (Corumbá III e Energética Fazenda Velha), além de participar de uma série de projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica (discriminados no item 2.1.2). Participa, ainda, de quatro sociedades de propósito específico – SPE já constituídas no segmento de Transmissão (Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A., Pantanal Transmissão S.A., Lago Azul Transmissão S.A. e Firminópolis Transmissão S.A.) e de uma SPE no segmento de Geração Fotovoltaica (planta de 5MW) em fase pré-operacional denominada Planalto Solar Park S.A., a ser implantada na Subestação Planalto, no município de Morrinhos – GO.

2.1.1 ATIVIDADES DE TRANSMISSÃO

No encerramento do exercício social de 2019, em decorrência do Contrato de Concessão Corporativo de Transmissão nº 063/2001, a Controlada CELG GT detinha 756 km de Linhas de Transmissão situadas no Estado de Goiás.

Além das Linhas de Transmissão, a Controlada CELG GT opera e mantém 12 subestações, as quais possuem atualmente capacidade instalada de 3.208 MVA e um Compensador Estático 500 kV, com capacidade instalada de -150/+300 MVAr.

De forma complementar, a Controlada CELG GT possui mais dois Contratos de Concessão Corporativos de Transmissão, de números 003/2015 e 004/2016, referente à Linha de Transmissão 230KV de 11km (LT Itumbiara-Paranaíba), e implantação de Compensador Estático de 300MVA na SE Luziânia, respectivamente.

O investimento total realizado pela Controlada CELG GT em 2019 foi de R\$ 64,8 milhões, mantendo um investimento maior em 16% que a média dos últimos 5 anos, na ordem de R\$ 55,9 milhões. Desta forma, destacam-se, no âmbito desta Controlada a energização dos seguintes empreendimentos:

- ◇ Instalação de banco autotransformador 230/138/13,8 kV – 3x50 MVA e conexões na SE Firminópolis - GO, o que permitirá o aumento da oferta de energia elétrica na região, além de garantir a confiabilidade e segurança do suprimento. O arranjo do setor de 230 kV da subestação também foi adequado permitindo assim maior flexibilidade operativa.
- ◇ Instalação de Trafo 230/69/13,8 kV - 50 MVA, ativação do trafo reserva e conexões na SE Planalto - GO, a substituição dos transformadores em final de vida útil (T1 e T2 de 230/69 kV) com a instalação de novos equipamentos, contemplando aumento de potência nominal (de 41,7 MVA para 50 MVA cada). O transformador reserva 230/69 kV – 50 MVA foi ativado, assumindo permanentemente a cargas da subestação com os outros transformadores.

- ◇ Instalação do 3º Transformador 230/69/13,8 kV - 50 MVA e conexões, e adequação de arranjo em 230 kV na SE Paranaíba - GO, cujas obras refletem em maior confiabilidade e capacidade de atendimento a demanda da região. Ademais, o arranjo do setor 230 kV proporciona maior flexibilidade operativa para as instalações.
- ◇ Instalação do 3º Transformador 230/69/13,8 kV - 50 MVA e conexões associadas na SE Palmeiras - GO, o que resultará em maior confiabilidade e capacidade de atendimento à demanda da região.

Além dos empreendimentos citados, em 2019 foram modernizadas diversas instalações da Controlada Celg GT, através da substituição/instalação de serviços auxiliares, substituição de painéis de proteção, substituição de seccionadores, adequação da iluminação de pátio e reforma/ampliação de casas de comando.

Também foram investidos mais de R\$ 3,1 milhões em participações, dentre estes, para as SPE Vale do São Bartolomeu (R\$ 1,3 milhões) e Firminópolis Transmissora (R\$ 1,2 milhões). Destaque para a energização do Contrato de Concessão nº 08/2016, referente a Linha de Transmissão (em 230 kV), interligando as Subestações de Trindade e Firminópolis, estado de Goiás.

Em 2020, a Controlada Celg GT pretende investir mais de R\$ 130 milhões, cujas principais obras são:

- ◇ SE Cachoeira Dourada - GO - Substituição do ATR1 230/138kV,(3+1)x33,33MVA, por (3+1)x40 MVA. Com a substituição do banco de autotransformadores 230/138 kV da subestação Cachoeira Dourada - GO, será possível a reativação desta transformação da Controlada CELG GT que, em conjunto com o banco ATR2 de outra transmissora, proporcionará maior confiabilidade no suprimento aos consumidores da região, além de permitir o escoamento das gerações de energia conectadas no barramento de 138 kV da instalação.
- ◇ SE Ananguera – GO - 2º Banco de transformadores 230/69/13,8 kV - 3x16,67 MVA e conexões associadas. A subestação Ananguera possui apenas um banco de autotransformadores 230/69 kV que em condição de contingência resulta em interrupção de energia para o sistema prisional da região, entre outras cargas. A instalação do segundo banco de autotransformadores 230/69 kV – 3x16,67 MVA permitirá a melhoria da confiabilidade e segurança do suprimento. O arranjo do setor de 69 kV da subestação também foi adequado para que atenda os padrões da empresa e permita maior flexibilidade operativa.
- ◇ SE Carajás – GO - Instalação do 3º Autotransformador 230/138 kV, o que permitirá o aumento da oferta de energia para as cargas conectadas nestas subestações, bem como a melhoria da confiabilidade das instalações.
- ◇ SE Ananguera – GO - Substituição do 3º Autotransformador 230/138 kV. Esta obra também implicará em aumento da oferta de energia para as cargas conectadas nestas subestações, bem como a melhoria da confiabilidade das instalações.
- ◇ Modernização das Usinas de Rochedo e São Domingos, estado de Goiás, em que serão substituídos todos os sistemas de proteção, controle e supervisão, o que permitirá a operação remota das instalações com maior segurança e confiabilidade

2.1.2 ATIVIDADES DE GERAÇÃO

A Controlada CELG GT, em função da sua participação no Leilão Aneel nº. 12/2015, detém a concessão da Usina de Rochedo até 04 de janeiro de 2046, conforme Contrato de Concessão nº. 002/2016. Além disso, a empresa continua operando temporariamente a Usina de São Domingos, em atendimento à Portaria nº. 352/2013, emitida pelo Ministério das Minas e Energia - MME. Além disso, ela participa como acionista das Usinas Corumbá III e PCH Fazenda Velha. Abaixo apresenta-se as informações gerais sobre os empreendimentos:

Usina/PCH	Instrumento/Concessão	Potência Instalada	Garantia Física	Início Operação Comercial	Vencimento	Participação CELG GT	Energia Vendida /Cota	RAG 2019/2020 (R\$ milhões)
Rochedo*	Contrato 02/2016	4 MW	3 MW	abr/56	jan/46	100%	Cota	R\$ 4,32
São Domingos	Portaria 352/2013 - MME	12 MW	7,2 MW	jun/90	-	100%	Cota	R\$ 5,25
UHE Corumbá	Contrato 126/2001	94,6 MW	50,9 MW	out/09	nov/36	15%	Energia Vendida	preço por MWH
Fazenda Velha	Portaria 265/2014 - MME	16,5 MW	8,9 MW	mar/16	jun/49	20%	Energia Vendida	preço por MWH

*Conforme Contrato de Concessão 70% na garantia física submete-se ao regime de cotas de garantia física e 30% comercializada conforme interesses da Companhia.

Está em estudo, no âmbito da ANEEL, a expansão da Usina Rochedo em mais 8MW. Além disso, a Controlada CELG GT possui outros projetos em estudo, como o Consórcio Médio Rio Claro, o Consórcio Rio Claro, o Consórcio Meia Ponte e o Consórcio Rio Mosquito, com previsão de capacidade instalada na ordem de 605 MW, sendo a participação média da Controlada CELG GT de 24,42%.

2.1.3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2019, o lucro líquido da Controlada CELG GT foi de R\$ 71.100, comparativamente ao lucro líquido de R\$ 58.544 apresentado em 2018. A receita operacional líquida atingiu R\$ 209.474, enquanto em 2018 situou-se em R\$ 202.577. Verifica-se, em 2019, a manutenção dos incrementos das Receitas Anuais Permitidas, conjuntamente às receitas financeiras da concessão e, por sua vez, da receita de construção de ativos próprios, em patamares mais do que suficientes para a cobertura dos seus custos e despesas operacionais, levando-a à condição de resultado operacional positivo na casa dos R\$ 75.608 em 2019.

Os custos operacionais totalizaram em 2019 o montante de R\$ 98.734, 1,02% superiores em relação à 2018, destacando-se os custos com Pessoal/Administradores, Serviços de Terceiros e Custos de Construção, que representaram 20,70%, 7,89% e 65,65%, respectivamente, do total dos custos operacionais.

As despesas operacionais totalizaram em 2019 o montante de R\$ 35.132, 8,32% inferiores em relação à 2018, destacando-se os custos com Pessoal/Administradores, Serviços de Terceiros e Tributos, que representaram 74,85%, 11,02% e 4,37%, respectivamente, do total das despesas operacionais.

O EBITDA de 2019 (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), da Controlada CELG GT totalizou R\$ 78.470 positivos, superior ao montante apontado no exercício de 2018, fechado em R\$ 68.730 positivos. A variação positiva total de R\$ 9.710 reflete, sobretudo, o incremento da RAP e racionalização dos custos e despesas operacionais.

Nesta mesma linha, verifica-se que o EBITDA de 2019 da Controlada CELG GT se manteve em patamar positivo e ascendente, revertendo a situação histórica de EBITDA negativos desde o exercício de 2013, ou seja, observou-se que a manutenção operacional da Controlada se fundamentou na recuperação gradativa de suas receitas, aporte de sua acionista CELGPARG para fazer face ao seu plano de investimentos – que refletirão diretamente no incremento de novas receitas, e na reconfiguração do seu resultado financeiro, a partir do decréscimo acentuado nos seus encargos de dívidas, principalmente as de caráter mais oneroso.

O Patrimônio Líquido da Controlada CELG GT teve um aumento de 8,72% em 31 de dezembro de 2019, encerrando o exercício em R\$ 984.151. A estrutura de capital encerrou o exercício com 74,71% de capital próprio e 25,29% de capital de terceiros, sendo que a maior participação de capital de terceiros se referiu ao seguinte: a) tributos diferidos, que totalizaram R\$137.198; b) empréstimos e financiamentos em moeda nacional, que totalizaram R\$112.442; c) montante de dividendos a pagar distribuídos à Controladora CELGPARG, que alçaram o total de R\$ 16.886; e d) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC efetuados pela Controladora CELGPARG, em um total de R\$11.900.

3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 – SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Até 30/06/2009 a CELGPARG manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 31/12/2019, por intermédio do acionista controlador, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, totalizando R\$1.252.877, cujas principais mutações encontram-se abaixo evidenciadas:

- a) R\$16.585 em datas distintas desde 30/06/2009, distribuídas no quadro abaixo, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Controladora. Do total de adiantamentos, R\$470 ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- b) R\$100.000, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPARG e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel), objeto da 1ª

tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras;

- c) R\$1.270.111, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel), objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- d) R\$35.720, em 30 de setembro de 2014, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel);
- e) Do montante adiantado pelo Estado de Goiás na CELGPAR, R\$ 169.539 foram repassados ao acionista majoritário no exercício social de 2017, como forma de quitação parcial da assunção de dívida efetuada por este com a Caixa Econômica Federal, a favor da CELGPAR. Apesar deste repasse, o Estado de Goiás, por meio do Ofício nº 646, de 1º de novembro de 2017, de emissão da Secretaria da Fazenda, ratificou a decisão de promover a capitalização dos créditos remanescentes destes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, mediante o cumprimento das formalidades legais/societárias de processo de chamamento para aumento de capital. Observa-se que este processo foi iniciado com a fixação das condições deste aumento de capital por meio de subscrição particular de ações, determinadas na 49ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, ocorrida em 03 de dezembro de 2019, com a previsão da homologação do Capital Social da CELGPAR no início do exercício social de 2020.

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
26/10/2011	1.455
29/12/2011	100.000
16/05/2012	1.270.111
31/10/2012	2.000
10/03/2014	235
26/03/2014	235
15/04/2014	235
14/05/2014	235
23/06/2014	235
29/08/2014	235
30/09/2014	35.720
30/09/2014	235
31/10/2014	235
28/11/2014	235
31/03/2015	235
30/04/2015	235
31/12/2017	-169.539
TOTAL	1.252.877

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais - CELGP

Indicadores	31/12/2018	31/12/2019	Varição em Módulo 31/12/2018 - 31/12/2019
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	4.595	5.160	12,30%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(6.061)	(6.335)	4,52%
EBITDA (R\$ mil)	(6.055)	(6.331)	4,56%
Lucro Líquido (R\$ mil)	62.506	71.922	15,06%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais - CELGP

Indicadores	31/12/2018 REAPRESENTADO	31/12/2019	Varição em Módulo 31/12/2018 - 31/12/2019
Liquidez Seca	60,0843621	44,6708333	-25,65%
Liquidez Corrente	60,0843621	44,6708333	-25,65%
Ativo Total - (R\$ mil)	1.060.605	1.128.096	6,36%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	2.787.099	2.788.054	0,0343%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(1.726.494)	(1.659.958)	-3,85%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros individuais, ocorreu no exercício social de 2019 a manutenção da estrutura dos indicadores de liquidez, decorrente principalmente do acréscimo no seu Ativo Circulante, em função do maior montante de distribuição de dividendos da Controlada Celg GT no exercício de 2019.

Verificou-se também variações nos seguintes indicadores: a) PMSO (pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros): em função da incorporação da correção pelo índice de inflação acumulado no Acordo Coletivo de Trabalho de 2019 (data-base em 1º de maio/2019); b) EBIT e EBITDA: pelas mesmas motivações relacionadas ao PMSO; e c) Aumento no Lucro Líquido do exercício de 2019 comparativamente ao Lucro Líquido de 2018.

Com relação às demais mutações patrimoniais e de resultado ocorridas em 2019, observa-se que elas se fundamentaram principalmente pelo incremento no valor patrimonial do investimento na Controlada CELG GT, decorrente de capitalização de créditos (referente aos dividendos distribuídos do exercício de 2018 e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital) no valor de R\$29.504, efetuado pela CELGPAR, e de apuração de lucro líquido do exercício de R\$71.097, por parte da Controlada CELG GT.

3.2 – VARIAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

A receita operacional bruta consolidada da CELGPAR, no ano de 2019, foi de R\$ 254.131, sendo que 82,43% ou o equivalente a R\$ 209.474 correspondem ao total da Receita Líquida, e os demais 17,57% equivalem às deduções da receita. A receita operacional bruta consolidada em 2019 apresentou aumento nas seguintes rubricas da Controlada CELG GT: a) incremento da Receita Anual Permitida – RAP, em 21,02%; b) aumento da receita financeira de contrato, em 1,21%; e c) aumento da receita de construção vinculada à sua curva de investimentos, em 0,89%.

O total dos custos e despesas operacionais do consolidado, no ano de 2019, foi de R\$ 140.201. A maior parcela corresponde aos custos gerenciáveis com pessoal, material, serviços de terceiros e custos de construção, que totalizaram R\$ 129.832.

3.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

O Patrimônio Líquido Negativo consolidado da CELGPAR, em 31 de dezembro de 2019, totalizou em (R\$ 1.659.958), denotando ainda uma situação de passivo a descoberto. No entanto, houve um decréscimo nesta situação, comparativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, fundamentado na retenção do lucro líquido do exercício de 2019, no montante de R\$ 71.922, que serviram de base para a absorção contra os prejuízos acumulados da CELGPAR (artigo 189 da Lei nº 6.404/1976).

Destaca-se em termos de mutação do Patrimônio Líquido Consolidado a apresentação, no exercício de 2019, de um lucro líquido após IR e CSLL de R\$ 71.922 em comparação ao lucro líquido de R\$ 62.506 do exercício de 2018, fundamentado principalmente nos seguintes fatores: a) resultado financeiro positivo decorrente das receitas financeiras das operações de mútuo com a CELG D (atual Enel) e com a Controlada Celg GT; b) resultado da equivalência patrimonial positivo na Controlada CELG GT, no total de R\$ 71.097; c) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido correntes, no total de R\$ 28.496; d) constituição da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, no total de R\$ 4.490; e e) incremento de outras receitas, no total de R\$19.106, relacionadas ao reconhecimento do valor justo de determinadas propriedades para investimento da Controlada CELG GT.

3.4 – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados - CELGPAR

Indicadores	31/12/2018	31/12/2019	Varição em Módulo 31/12/2018 - 31/12/2019
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	202.577	209.474	3,40%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	63.116	68.503	8,54%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	60.459	69.273	14,58%
EBITDA (R\$ mil)	61.664	70.626	14,53%
Lucro Líquido (R\$ mil)	62.506	71.922	15,06%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	29,84%	33,07%	10,81%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	30,44%	33,72%	10,76%
Margem Líquida - LUCRO LÍQUIDO/ROL (%)	30,86%	34,33%	11,28%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados - CELGPAR

Indicadores	31/12/2018 REAPRESENTADO	31/12/2019	Varição em Módulo 31/12/2018 - 31/12/2019
Liquidez Seca	6,74244	8,43358	25,08%
Liquidez Corrente	6,82386	8,51537	24,79%
Ativo Total - (R\$ mil)	1.324.069	1.430.854	8,06%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	3.050.563	3.090.812	1,32%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(1.726.494)	(1.659.958)	-3,85%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros consolidados, ocorreu no exercício social de 2019 um aumento nos indicadores de liquidez devido a alteração na estrutura de capital consolidada da CELGPAR, decorrente dos seguintes fatores: a) aumento no Ativo Circulante, em função das mutações ocorridas no Ativo de Contrato (Concessão de Transmissão da Controlada Celg GT); b) aumento do Ativo Circulante, em função do ingresso de recursos decorrentes de operação de crédito por meio do FCO – Banco do Brasil, efetuado pela Controlada Celg GT; e c) aumento no seu Passivo Circulante e Passivo não Circulante, em função do diferimento de tributos e operação de crédito por meio do FCO – Banco do Brasil, efetuados pela Controlada Celg GT. Por sua vez, os componentes operacionais da Receita Bruta Consolidada provocaram, de forma direta, o efeito positivo no resultado consolidado da CELGPAR, especificamente nos indicadores EBIT (resultado do serviço) e EBITDA, haja vista os acréscimos apurados e incorporados a estes indicadores.

4 – PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, assevera-se que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da CELGPAR estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

5 - MERCADO ACIONÁRIO

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/Nº. 012/2008, de 14.03.2008, concedeu à CELGPAR o registro como companhia aberta, sob o código 2139-3, para negociação de valores mobiliários de sua emissão no mercado acionário.

Esses valores mobiliários, representados por ações ordinárias, são negociados na B³ S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B³"), sob o código GPAR3.

O capital social realizado da CELGPARG é de R\$ 973.764.337,53 (novecentos e setenta e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos), representado por 32.774.246 (trinta e dois milhões, setecentas e setenta e quatro mil, duzentas e quarenta e seis) ações ordinárias.

As ações ordinárias, componentes do capital social da CELGPARG, sãõ escriturais, sem valor nominal, e encontram-se distribuídas conforme tabela denominada "Resumo da Posiçãõ Acionária, em 31.12.2019":

RESUMO DA POSIÇãõ ACIONÁRIA, EM 31.12.2019

ACIONISTA	AÇãõ ORDINÁRIA	
	QUANTIDADE	%
GOIÁS - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS	32.696.436	99,7626
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.	22.967	0,0701
OUTROS	54.843	0,1673
SOMA	32.774.246	100,0000

FONTE: Banco do Brasil S.A., responsável pela prestaçãõ de serviçõs de ações escriturais.

Em 2019, foram realizadas um total de 4.886 negociações de ações ordinárias da CELGPARG na B3, com 172.991 ações negociadas, perfazendo uma movimentaçãõ de R\$5.810.680,61 (cinco milhões, oitocentos e dez mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e um centavos).

6 - AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instruçãõ CVM nº. 381, de 14.01.2003, a CELGPARG informa que a empresa de auditoria externa Berkan Auditores Independentes S/S nãõ prestou serviçõs nãõ relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras.

7 - AGRADECIMENTOS

A Administraçãõ da CELGPARG e da sua Controlada CELG GT é grata ao Governo de Goiás, nosso acionista majoritário, pela confiançã e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pelas Companhias, aos acionistas e demais investidores, e, em especial, à dedicaçãõ de seu qualificado corpo de empregados.

Goiânia, 26 de março de 2020.

A Administraçãõ.